



ACÓRDÃO Nº1195/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 10948/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Suzana Farias de Araújo (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não Possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICERP.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 7109/2019-DMP, Dr. Carlos Alberto Souza de Almeida, Procurador de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Júlio Assis Corrêa Pinheiro.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant - FMPS. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Quitação. Determinação. Arquivamento.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

- 10.1. **Julgar regular com ressalvas** a Prestação de Contas da **Sra. Suzana Farias de Araújo**, responsável pelo Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – FMPS, no curso do exercício 2018, nos termos do art. 71, II, c/c o art. 75 da Constituição Federal, art. 1º, II, c/c art. 22, II, da Lei Estadual nº 2423/1996, e art. 188, §1º, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.2. **Dar quitação à Sra. Suzana Farias de Araújo**, nos termos do art. 24, da Lei Estadual nº 2423/1996, c/c art. 189, II, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM;
- 10.3. **Determinar** ao atual Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – FMPS que, na forma do art. 140, IV, da Resolução nº 04/2002-TCE/AM, providencie o cumprimento do disposto nas Restrições n.º 10 e n.º 17 constantes no Relatório Conclusivo n.º 40/2019, (fls. 2039/2058) – cuja cópia dever-lhe-à ser remetida – que têm o seguinte teor:
- Quanto à restrição n.º 10: que providencie junto aos Poderes Municipais a lei autorizativa específica e o termo de acordo de



ACÓRDÃO Nº1195/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

parcelamento, acompanhado do comprovante de publicação e dos demonstrativos que discriminem, por competência, os valores originários, as atualizações, os juros e o valor total consolidado, e posteriormente encaminhe ao Tribunal de Contas, referente ao item 10 da notificação;

- Quanto à restrição n.º 17: que, na forma do art. 140, IV, da Res. nº 04/2002-RI-TCE/AM, encaminhe ao Tribunal de Contas do Estado assim que aprovada, sancionada e publicada, a Lei de Cargos, Carreiras e Remunerações do RPPS do Município de Benjamin Constant;

- 10.4. **Determinar** que seja recomendado ao atual Diretor-Presidente do Fundo Municipal de Previdência Social dos Servidores de Benjamin Constant – FMPS que providencie a criação de órgão de controle interno do BCPREV;
- 10.5. **Determinar** o apensamento dos autos ao Processo TCE n.º 11465/2019, que trata da Prestação de Contas do Município de Benjamin Constant, exercício 2018, para que seja apurada naqueles autos a questão relativa à ausência de repasses das contribuições previdenciárias da Prefeitura Municipal ao BCPREV, constante na Restrição n.º 9 do Relatório Conclusivo n.º 40/2019 – DICERP (fls. 2039/2058);
- 10.6. **Determinar** à próxima Comissão de Inspeção que verifique *in loco* se foram cumpridas as determinações constantes no supracitado item 3 e a recomendação constante no supracitado item 4;
- 10.7. **Determinar** o encaminhamento de cópia dos autos:
 - 10.7.1. ao Ministério Público Estadual – MPE, para que conheça e adote as medidas que entender cabíveis, quanto à falta de repasses pelo Prefeito Municipal de Benjamin Constant dos valores devidos ao BCPREV (art. 11, I, da Lei nº 8429/1992);
 - 10.7.2. à Câmara Municipal de Benjamin Constant, para conhecimento do feito;
- 10.8. **Determinar** o encaminhamento de cópia do Relatório Conclusivo n.º 40/2019 – DICERP (fls. 2039/2058), à Subsecretaria dos Regimes Próprios de Previdência Social – SRPPS, vinculada ao Ministério da Economia;
- 10.9. **Arquivar** o processo após cumpridas as providências supracitadas.

11- **Ata:** 39ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- **Data da Sessão:** 18 de Novembro de 2019.



ACÓRDÃO Nº1195/2019 – TCE – TRIBUNAL PLENO

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos (Presidente), Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Josué Cláudio de Souza Filho, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior e Mário José de Moraes Costa Filho (Convocado).

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dr. João Barroso de Souza, Procurador-Geral.

YARA AMAZÔNIA LINS RODRIGUES DOS SANTOS
Conselheira-Presidente

JÚLIO ASSIS CORRÊA PINHEIRO
Conselheiro Relator

JOÃO BARROSO DE SOUZA
Procurador-Geral